



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
GABINETE DA VEREADORA CRISTIANE LOPES
Rua Belém, 139 – Embratel - Tel.: (69) 3225-1278.
CEP-76.820-734 - Porto Velho – RO



PROTOCOLO

Divisão das Comissões

Proj. de Lei nº 3546/2017

Proj. de Lei Comp. nº _____

Resolução _____

Decreto Legislativo _____

Emenda _____

Data 25/05/2017 Horário 10:00 hs

PROJETO DE LEI Nº _____/2017

Concede isenção do pagamento das tarifas
dos transportes coletivos aos
desempregados involuntários

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, usando das atribuições que lhe confere, IV, do art. 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.

FAÇO SABER que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO** aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º - É assegurada, na forma, nos limites e sob as condições estabelecidas nesta Lei, isenção no pagamento de tarifa nos serviços convencionais de transporte coletivo urbano municipal aos desempregados involuntários.

§ 1º - A isenção a que alude o "caput" deste artigo e as demais disposições desta Lei, alusivas a transporte de passageiros, são aplicáveis aos ônibus das linhas do Sistema SIM e das linhas municipais.

Art. 2º - A isenção a que se refere o artigo anterior será reconhecida mediante a expedição de "passe-social".

§ 1º - A cada "passe-social" será atribuído, independentemente de qual seja a linha ou serviço na qual se utilizará, o valor correspondente a uma passagem do respectivo percurso.

§ 2º - A identificação do trabalhador desempregado se fará através declaração expedida pela Secretaria de Municipal de Assistência Social - SEMAS, conforme regulamentação a ser feita pelo Poder Executivo.

§ 3º - O "passe-social" será deferido mediante requerimento e avaliação técnica da referida Secretaria, inclusive e especialmente quanto à extensão e frequência das locomoções impostas ao beneficiário, na forma a definir-se em regulamento.

Art. 3º - Para beneficiar-se do "passe-social", deve o munícipe:

I - Estar desempregado involuntariamente há mais de 04 (quatro) e menos de 24 (vinte e quatro) meses;



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
GABINETE DA VEREADORA CRISTIANE LOPES
Rua Belém, 139 – Embratel - Tel.: (69) 3225-1278.
CEP-76.820-734 - Porto Velho – RO

II - Residir no Município há, no mínimo, 6 (seis) meses anteriormente ao cadastramento tratado no inciso IV deste artigo;

III - Ter recebido como último salário o valor equivalente a, no máximo, 5 (cinco) salários mínimos;

IV - Cadastrar-se na SEMAS.

Art. 4º - O "passe-social" será concedido pelo prazo de 03 (três) meses consecutivos, podendo ser renovado uma única vez e por igual período, após intervalo de 3 (três) meses contados do fim da primeira concessão.

Parágrafo Único - Para obtenção da renovação tratada neste artigo, deverá o beneficiário comprovar a continuidade de sua qualidade de desempregado.

Art. 5º O passe que se trata esta Lei serão pessoais e intransferíveis, sujeitando-se aquele que, a qualquer título, os alienar ou emprestar, à cassação do direito de usá-lo e à apreensão dos que tiver em seu poder, além de ficar privado do seu uso por um ano, dobrando-se o prazo de privação a cada reincidência.

Art. 6º A recusa, por concessionário ou permissionário, de transporte a beneficiário de isenção de tarifa, no uso normal e correto do "passe" instituídos por esta Lei, configurará ofensa ao direito, sujeitando a entidade infratora às sanções de pagamento de multa de 100 (cem) à 1000 (mil) vezes o valor da passagem.

Parágrafo Único. A multa será cobrada após processo administrativo, podendo ser dobrada em caso de reincidência.

Art. 7º As despesas com a execução desta lei ficarão por conta de dotações financeiras próprias, consignadas no orçamento vigente e suplementadas, se necessário, devendo as previsões futuras destinar recursos específicos para seu fiel cumprimento.

Art. 8º O texto desta Lei será afixado, na sua íntegra, na entrada dos meios de transportes citados no artigo 1º desta Lei.

Art. 9º O Poder Executivo expedirá os regulamentos necessários à execução do disposto nesta Lei.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO, 23 de maio de 2017.

VEREADORA CRISTIANE LOPES
PARTIDO PROGRESSISTA – PP



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
GABINETE DA VEREADORA CRISTIANE LOPES
Rua Belém, 139 – Embratel - Tel.: (69) 3225-1278.
CEP-76.820-734 - Porto Velho – RO



JUSTIFICATIVA

O presente projeto foi pensado no intuito de combater a estrutura excludente das políticas governamentais e suas consequentes desigualdades sociais. A proposta se baseia, em primeiro lugar, na convicção de que o transporte público é um direito essencial, inclusive com previsão legal no artigo 30 inciso V da constituição federal de 1988, que prevê a competência do município "em organizar e prestar diretamente ou sob regime de concessão os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo que tem caráter essencial".

Nesse sentido, verifica-se a discordância da realidade concreta que apresenta dados de que 22% da renda das famílias que dependem diretamente do transporte público é destinada a gastos com locomoção (IBGE). Esses gastos reforçam a segregação social e as desigualdades de acesso à cidade e aos serviços básicos de educação, saúde, cultura, trabalho, lazer e outros. Reivindica-se assim a necessidade do passe livre para trabalhadores desempregados de maneira a facilitar o deslocamento para sua reinserção profissional.

Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, a evasão escolar de 1/4 dos estudantes é decorrente dos altos gastos com transporte público, não suportado pelas famílias de baixa renda. Essa exclusão restringe o acesso à educação, direito fundamental, previsto na Constituição Federal.

O processo histórico de urbanização da cidade de Porto Velho instaurou grande concentração da riqueza nas regiões centrais da cidade. Processo este que foi conduzido pela especulação imobiliária e por ideologias racistas, que segregaram a população pobre para as áreas periféricas da cidade, excluindo-a do acesso amplo e irrestrito aos serviços básicos e de qualidade. Há uma dívida histórica para com esta população, que ainda hoje perde seus territórios para o grande capital especulativo. Para tanto se fazem necessárias políticas públicas que viabilizem a diminuição das desigualdades sociais. Dessa forma, propomos o "passe-social" como instrumento dessa política pública visando a construção de uma relação equitativa entre acesso aos serviços de qualidade, transporte público e mobilidade urbana.

Essa luta contribui, assim, na defesa de uma perspectiva social e de qualidade para o transporte, como avançar em favor do passe livre para o desempregado, política que não foi pensada até o momento, razão pela qual solicitamos o apoio dos nobres pares na aprovação do presente.

Cristiane Lopes
VEREADORA
CRISTIANE LOPES
PARTIDO PROGRESSISTA – PP